

Mulheres militantes de esquerda no Paraná, nos anos de 1964 a 1985¹

Maritana Drescher da Cruz², Faculdades Integradas “Espírita”
Maritana.historia@hotmail.com

Introdução

Não se nasce mulher, torna-se mulher.

Simone de Beauvoir

A frase acima é para iniciarmos uma breve reflexão acerca do feminismo, ou melhor, dos movimentos feministas no Brasil. A frase remete a um descobrimento do que é ser mulher e, nesse sentido, toda descoberta passa por etapas, etapas diferentes vividas pelo feminismo.

O movimento feminista esteve longe de ser um movimento homogêneo, pois suas integrantes pertenciam a classes e a grupos sociais distintos e almejavam conquistas diversas. A história do movimento desde o início e, mais tarde, depois da década de 60, foi permeada por várias correntes difusas. (PINTO 2003).³

No Brasil, as primeiras movimentações organizadas de mulheres datam do início do século XX, tendo como objetivo principal de luta o direito ao voto. Segundo Céli Pinto (2003) esse início de movimento poderia ser percebido como feminismo de moça bem comportada, fazendo uma referência de que naquele momento se deveriam reivindicar apenas direitos como o voto e a cidadania, sem questionar os tradicionais papéis atribuídos ao gênero feminino, sobretudo no espaço privado. Pelo contrário, as feministas desse período reafirmam algumas funções femininas naturalizadas pela sociedade, como “dom divino”. Segundo Mariana Coelho, feminista do início do século, a mulher pode perfeitamente harmonizar a política com a missão imprescritível da maternidade, porém, se tivesse que escolher, deveria optar para cumprir seu papel de mãe. (COELHO, 2002)⁴.

Outra vertente do movimento se manifestou nas primeiras décadas do século XX, a corrente anarquista, onde por meio das reivindicações trabalhistas gerais, adentram o espaço público. Apesar de buscar em seu bojo ideais distintos, o fato é que o movimento anarquista abriu espaço para mulheres comuns poderem se expressar.

¹ Este artigo faz parte de um trabalho mais amplo que será apresentado em Maio de 2009, como monografia de Especialização, em História do Brasil pelas Faculdades Integradas “Espírita”.

² Graduada em História pelas Faculdades Integradas “Espírita”. Especialização em História do Brasil. Professora da rede pública estadual do Paraná.

³ PINTO, Celi Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil – São Paulo: Fundação Perseu, 2003.

⁴ COELHO, Mariana. A evolução do feminismo: subsídios para sua história, 2 ed. Curitiba: Imprensa oficial do Paraná, 2002.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Quando recuperamos a composição dos quadros das organizações e partidos de esquerda que fizeram frente à ditadura militar, nos deparamos com a ocultação da participação feminina, na medida em que a memória preservou os nomes de grandes homens militantes. Provavelmente porque “historicamente a esfera pública tem sido espaço dos homens, restando às mulheres a esfera privada⁵”.

A política sempre esteve voltada ao mundo masculino e as mulheres militantes de movimentos e partidos de esquerda nas décadas de 60 e 70, passam gradativamente a fazer parte desse mundo das questões públicas e políticas (COLLING, 1997)⁶. O mundo público estava vinculado ao político e ao masculino, e a esfera privada às mulheres às situações domésticas. Nesse sentido, à mulher é negado o direito de adentrar na esfera pública, portanto buscam “apolitiza-la”.

Com objetivo de resgatar essas mulheres como atores da história, recuperamos, no Arquivo Público, fichas e dossiês individuais e temáticos da Delegacia de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS)⁷. É relevante ressaltar a imprecisão das fontes, pois verificamos dossiês duplicados, referentes a uma mesma pessoa, em alguns casos os “subversivos” eram fichados com seus nomes reais e também falsos. Militantes tinham seus nomes envolvidos em dossiês temáticos (por organizações) e não eram fichados nominalmente e, ainda, pessoas que serviam como informantes da repressão também eram fichados.

Além das fontes escritas, foram utilizadas também entrevistas com homens e mulheres que militaram. Mais uma vez nos deparamos com a dificuldade de conseguir as entrevistas, pois muitas militantes se casaram ou se divorciaram, modificando seus sobrenomes, mudaram-se de cidades e também de Estado, e outras tantas preferem não falar sobre o períodos.

Mulher novo ator social

A análise de gênero compreende as relações existentes entre homens e mulheres, não podendo, portanto, separar os dois sujeitos da história, pois se assim o fizesse a análise se descaracterizaria⁸.

⁵ Sobre esfera pública e privada ver: PRIORI, Mary Del. In Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia/Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

⁶ COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997. Ana Maria Colling faz um estudo sobre a construção do sujeito da “mulher subversiva”, evidenciando a inserção da mulher na esfera pública.

⁷ DOPS - Delegacia de Ordem Política e Social. Aqui no Paraná esse órgão era uma delegacia em outros estados encontrava-se como Departamento de ordem política e Social.

⁸ SOIHET, Raquel. História das Mulheres. In Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia / Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas(orgs). Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

O ingresso da mulher, nas organizações, aconteceu, sobretudo por vias estudantis, as militantes eram em grande parte universitárias e algumas secundaristas. As motivações para que essas jovens mulheres se engajassem nos movimentos estudantis e também em outras organizações, em geral, eram diversas, porém todas convergiam para um mesmo ponto: a busca por uma nova sociedade mais justa e igualitária. A fala das entrevistadas esteve sempre voltada para a busca de um ideal de igualdade de classes. Ao ingressarem nos movimentos de esquerda, não percebemos, entre essas mulheres, a intenção de galgar seus espaços na sociedade, no sentido de buscarem seus direitos, de exercerem plenamente a cidadania. Para algumas mulheres a consciência “feminina” era adquirida em decorrência da militância política. “A questão da mulher, eu fui tomar mais consciência depois que eu já participava do MR-8”⁹.

Analisando as fontes, percebemos que o número de mulheres era significativamente menor em relação ao de homens. Segundo a militante, Tereza U., o motivo delas representarem um menor número se deve ao reduzido ingresso de mulheres nas universidades. Portanto, esse aspecto refletia diretamente no número menor de mulheres nas organizações, uma vez que era o movimento estudantil o maior fornecedor de “combatentes”. A universidade era o grande ventre dos movimentos de esquerda, onde se constituíam espaços privilegiados para o debate acerca das questões políticas, econômicas e sociais brasileiras e mundiais sem, com isso, excluir outros ambientes geradores da militância.

A militante aos olhos da sociedade e dos órgãos de repressão

A década de 1960 representou um intenso questionamento com relação aos padrões comportamentais ligados à sexualidade. Apesar dessas mudanças, a sociedade brasileira e, em especial para nosso estudo, a sociedade curitibana, continuavam adeptas a práticas mais conservadoras. A maioria das mulheres não tinha acesso à educação básica, quiçá à superior¹⁰. Grande parte da sociedade ainda acreditava que a boa educação para as mulheres consistia em saber conduzir bem uma casa, ser boa esposa e mãe. Segundo Lúcia L. “Fazer um cursinho qualquer para não ser tão importante e um bom casamento era o futuro esperado que os pais previam para as filhas”¹¹. Se as dificuldades para os militantes masculinos eram muito grandes, ainda maiores para as mulheres, pois ainda vivíamos em uma sociedade extremamente patriarcal¹².

⁹ Alzimara Bacelar, Entrevista concedida à autora. Curitiba, 04 abril 2009.

¹⁰ TABAK, Fanny. Autoritarismo e participação política da Mulher. Graal. Rio de Janeiro, 1983.

¹¹ Lúcia Lucaski, Entrevista concedida à autora. Curitiba, 04 de novembro de 2008.

¹² URBAN, Tereza. 1968 Ditadura abaixo, Curitiba, Arte e Letra, 2008.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

O estigma de prostituta era carregado pelas mulheres que militavam, pois vistas eram vistas, por parte da sociedade conservadora e militar, como seres abjetos. Segundo Tereza U. , o tratamento dado às mulheres militantes quando presas, era extremamente preconceituoso, colocando-as sempre na posição de promiscuas. Na época, o contato da polícia com mulheres presas ou detidas era, em grande parte, relacionado ao lenocínio ou a outros crimes relativos aos costumes morais.¹³ As estudantes, envolvidas na militância, eram vistas pelas autoridades policiais como prostitutas, denotando o preconceito desta instância com a participação feminina nos movimentos. Não existia meio termo: ou a moça era “certinha” e seguia a moral e os bons costumes de família tradicional ou era “puta”, moça perdida, mulher de vida fácil. Tereza U., relata sobre sua experiência: “A primeira coisa que me disseram quando fui presa, foi: ‘entra ai sua putinha’”¹⁴, comportamento igualmente apontado pela militante do PC do B Rosilei V “A mulher era sempre colocada como puta e piranha”.¹⁵

O conselho dado às moças de família estava sempre ligado ao conservadorismo. Essas mulheres eram por todos os mecanismos desincentivadas a ocupar um lugar no mundo público. Essa questão de denegrir a imagem da mulher militante, igualando-a a uma mulher prostituída, é muito bem abordada por Colling: “para a repressão, a mulher militante será definida sempre como puta comunista”¹⁶. Manifestos com esse propósito eram comuns, um grande esforço em transformar a militância em promiscuidade.

“O 30º congresso da UNE em uma grande orgia :“Foram surpreendidos em um sítio ermo, em promiscuidade total. Rapazes e moças dormiam na mesma barraca, possuíam medicamentos e enorme quantidade de pílulas anticoncepcionais. O DCE e a casa universitária são antros de perdição”.¹⁷

As relações de gênero nas organizações

Não sabemos se as militantes que entrevistamos sofreram agressões ou torturas que envolvessem a sexualidade, pois esse não é o objetivo da pesquisa. Ameaças de estupro e de molestação estavam presentes, sendo o risco iminente. Nesse sentido, as declarantes confirmaram que havia, por parte dos homens da organização, uma espécie de preocupação, visando resguardar a integridade da companheira militante.

¹³ O Lenocínio é uma prática criminoso que consiste em explorar o comércio carnal alheio, sob qualquer forma ou aspecto. Delegacia de Costumes combatia essa prática.

¹⁴ Tereza Urban, Entrevista concedida à autora. Curitiba, 15 de janeiro de 2009.

¹⁵ Rosilei Vilas boas, Entrevista concedida à autora. Curitiba, 04 de abril de 2009

¹⁶ COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

¹⁷ Dossiê (UNE) União nacional dos Estudantes, nº2313 e 2314, topografia 260.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Nas entrevistas, percebemos que essas relações de discriminação ou qualquer tipo de preconceito contra as mulheres não existiam dentro dos movimentos, ou não foram assumidas por nenhuma das partes, nem por eles nem por elas. Indagadas sobre uma possível distinção entre homens e mulheres, na militância, a maioria das entrevistadas foram enfáticas em responder que em nenhum momento perceberam por parte de seus companheiros, condutas que visavam excluir, diminuir, menosprezar ou coisa que o valha. Pelo contrário, a busca por uma sociedade igualitária era permeada por uma boa formação teórica também da mulher.

Observamos que, em nossa pesquisa, não nos detivemos a apenas uma organização e, nesse sentido, não temos respostas homogêneas. É interessante perceber as distinções em algumas falas, levando em consideração que o período pesquisado é extenso e cada geração tem uma característica peculiar. Em um primeiro momento, algumas entrevistadas afirmam que as mulheres participavam de todas as atividades dos movimentos, sendo as estas mais ou menos perigosas. Quando indagadas sobre as instâncias decisórias, algumas entrevistadas afirmam que se tratava de “território dos homens”, outras afirmam que estavam também presentes. Porém em linhas gerais, eram eles que estavam no comando. Essa constatação vem acompanhada mais uma vez da justificativa do pequeno número de mulheres atuantes e esse é ainda um ponto que merece maior investigação. A história oral nos parece nesse sentido uma linha tênue, pois, após algumas décadas, a memória falha e algumas paixões se afloram.

Os movimentos de esquerda analisados eram influenciados fortemente pelas idéias de Marx e, com tal influência, reconheciam o problema da divisão e exploração sexual do trabalho, porém esta era uma questão menor e a ser resolvida por meio da luta de classes. Percebemos isso claramente pela fichas da DOPS que trazem mulheres militantes que realizavam todo tipo de ações. Todos os entrevistados, homens e mulheres afirmaram que eram tratados enquanto companheiros militantes, não cabendo, no debate dos movimentos, questões ligadas às relações de gênero. Homens e mulheres acreditavam que essas questões eram impertinentes à luta maior, ao objetivo maior que era a luta de classes. Tanto para os homens como para mulheres dos movimentos, uma discussão feminista poderia desintegrar o movimento homogêneo e ameaçar a luta contra à ditadura. Apesar dessa posição, em uma das entrevistas, flagramos uma afirmação de que algumas tradicionais funções femininas domésticas acabavam sendo, como sempre, designadas a mulher: “A comida acabava sempre sobrando para as mulheres”.¹⁸

Particularmente não percebemos que as questões gênero tenham sido relevantes para as próprias mulheres na sua atuação militante, tanto é que todas afirmaram que esse tipo de

¹⁸ Noemi Carricordi. Entrevista concedida à autora. Curitiba 04 de abril de 2009.

preocupação, com papéis femininos e masculinos, não tinha relevância naquele momento. Apesar de elas terem consciência da existência do movimento, a luta de classes ocupava todo o espaço. Essa negação nos deixou particularmente inquietos, especialmente por se tratar de um período tão efervescente nas reivindicações feministas mundiais. Essa inquietação ainda não foi acalentada, entretanto nos sugere algumas respostas, resistimos a concordar com a simples resignação dessas militantes. Pensamos que o pensamento de Marx era tão persuasivo que suprimia qualquer tentativa de busca pela igualdade de gênero no âmago dos movimentos, sufocando qualquer suspiro de “feminismo” que pudesse prejudicar a luta maior. “Luta de classes era a palavra de ordem e tudo que se afastasse dela tinha a cor da traição”¹⁹

Mulheres em ação

Quanto à ação das mulheres, percebemos que as mesmas estavam presentes em quase todos os quadros. Essa presença poderia ser percebida em todos os âmbitos de ações. As mulheres estavam presentes na redação e elaboração de manifestos, pichações de muros, comícios, participação em reuniões, congressos, roubo de placas de carros, prática de assaltos, à frente de aparelhos, militando em fábricas e em áreas rurais, inclusive na luta armada. Embora as atuações femininas fossem maiores em algumas ações do que em outras, elas estavam sempre presentes.

Lídia L. lembra com euforia e nostalgia das ações praticadas por ela e pelos seus companheiros na década de 1970. Palavras saudosas em que percebemos que as mulheres estavam realmente engajadas e em vários âmbitos envolvidas. Em uma das ações relâmpago, narrado por Lídia, ela descreve um movimento estudantil desorganizado, despreparado, porém obstinado.

“Inclusive uma coisa inusitada, que eu fiz , tinha de propaganda, segurança e não tinha ninguém pra fazer a segurança e no final eu me propus, eu digo não sei bem o que faz um segurança, mas , sei que tinha alguém lá discursando em cima de um caixote, quando chegou um cidadão todo de terno e gravata que era típico uniforme da repressão só faltava o chapéu coma peninha do lado que o DOPS usava muito isso , terno e gravata

não era estudante obvio, e ele ia prender o orador , a única coisa que eu sabia, eu sei que me pendurei, meio covardemente pelas costas dele e “carquei” minha unha, que era meio cumprida e rasguei o pescoço do rapaz do DOPS”

O que percebemos com essas palavras e em outros depoimentos é que o engajamento se mostra diametralmente diferente daquele demonstrado até então: a grande atuação feminina nos movimentos. Em todas as áreas, nas bases em grande parte, mas também nas lideranças.

¹⁹ COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1997.

Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul. Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.

Tereza, por exemplo participava ativamente da redação de manifestos, em grande parte pela sua formação de jornalista, passou um período militando junto aos trabalhadores propriamente ditos. A militância junto às fábricas, organizando e buscando pessoas para se voltarem para a luta de classes. Também trabalhou com os bóias frias, “batendo enxada como os demais”, militando também em cargos “mais” relevantes, sendo assistente política liderando uma célula composta por homens, sendo reconhecida como tal. Da mesma forma, podemos observar a atuação de Zélia P., militante da AP (Ação popular), reconhecida por todas entrevistas como uma liderança e militando de diversas formas, cumprindo funções de comunicação com o exterior, recepcionando outros militantes que iriam atuar nas áreas rurais. Ela militou também fora do Paraná, entrando então para a clandestinidade, trabalhou em São Paulo no chão de fábrica, com os demais operários. Clair M. também militou na AP, em 1969 foi secretária de Serviços de Organização, órgão ligado ao comando Regional. Não chegamos a entrevistá-la, desconhecemos detalhadamente sua atuação no movimento, mas algumas entrevistas e até os documentos da DOPS a indicam como uma liderança.

Diante disso, percebemos que as mulheres também galgavam postos de liderança e se, em alguns momentos, os atingiam, em outros tantos provavelmente lhes eram negados.

Em uma das conversas que tivemos com o atual presidente do Grupo Tortura Nunca Mais, Narciso P., ele ressaltou a atuação das mulheres. Segundo a fala de Narciso, a exclusão feminina era evidente dentro do partido, sendo a militância do PCB (Partido Comunista brasileiro) eminentemente masculina²⁰. O partido era extremamente conservador, e o espaço feminino era marginal. Diferente do que acontecia nas dissidências, que foram libertárias do ponto de vista do conservadorismo. Parece-nos que visões libertárias das esquerdas dissidentes iam para além do âmbito político, abriam espaço para participação ativa das mulheres. Alertamos ainda que esse ponto incorra em algumas imprecisões, levando em consideração algumas entrevistas que estão sendo coletadas e serão relevantes para essa conclusão.

Alguns apontamentos são destacados com parcimônia, pois, nesse primeiro momento em que o projeto começa a se delinear, levantamos algumas hipóteses que ainda deverão ser analisadas com maior rigor no decorrer da pesquisa.

Podemos afirmar, no entanto, que as mulheres que militaram no Paraná eram minoria se comparadas ao número de militantes masculinos. Porém, não devemos nos esquecer do contexto histórico de tais movimentos, eram organizações de maioria masculina, frutos daquela sociedade conservadora. Em linhas gerais, as mulheres militantes estavam em todos os quadros, em grande parte nas bases, mas também, proporcionalmente, nas direções. Como as entrevistas analisadas

²⁰ Narciso Pires de Oliveira. Entrevista concedida à autora. Curitiba 25 de agosto de 2006.

**Colóquio Internacional Gênero, Feminismos e Ditaduras no Cone Sul.
Universidade Federal de Santa Catarina – de 4 a 7 de maio de 2009.**

apontaram, além de outros estudos sobre o tema, as questões de gênero não tinham espaço na militância. Naquele momento, os anseios femininos eram relegados a segundo plano, abafados, suprimidos e silenciados.